

JORNAL DO Federal



Ano XXVI, nº 111 - Agosto 2015

ENDEREÇO DE DEVOUÇÃO:
AC CÂMARA DOS DEPUTADOS
CEP: 70.100-970 - BRASÍLIA/DF

AO REMETENTE

- MUDOU-SE
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- FALECIDO
- DESCONHECIDO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO
- OUTROS _____

- INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
- REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM __/__/__

DATA:

RUBRICA

OrientaPsi

Plataforma interativa é lançada em comemoração aos 53 anos da Psicologia brasileira

pág. 9

Balanço: 20
meses de gestão

pág. 3

Sintonizado (a)
na RadioPSI?

pág. 13

Despatologização
trans

pág. 16

EDIÇÃO



Agosto - mês da Psicologia no Brasil

Olá,

A 111ª edição do Jornal do Federal chega até você com informações e atualizações sobre as principais iniciativas e debates que o CFP promoveu no último trimestre.

Desde o início de agosto, mês em que a Psicologia brasileira completa 53 anos, está no ar o OrientaPsi. O portal interativo já pode ser acessado em sua versão beta por psicólogos (as) cadastrados no Sistema Conselhos, e conta com pesquisas, estatísticas, publicações, grupos de discussão, cursos online e uma rede social própria para profissionais da Psicologia. Esta é a principal ação do projeto de gestão do XVI Plenário, e

tem como função central estimular o diálogo entre a categoria - contribuindo para o aperfeiçoamento da atuação do próprio Conselho.

A RádioPSI, rádio online da Psicologia, está no ar desde junho e leva aos profissionais de todo o país notícias, dicas e programas diversos que pautam a atuação dos (as) psicólogos (as), além de uma programação musical variada.

Essa edição também conta com um raio-x dos (as) parlamentares psicólogos (as) no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas estaduais, com vistas a estimular o fortalecimento das pautas

de interesse da Psicologia junto aos (às) legisladores (as).

Uma entrevista sobre racismo e Psicologia com Valter da Mata, acadêmico e integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP, suscita a reflexão sobre o papel do (a) profissional psicólogo (a) e das universidades brasileiras no que se refere à formação e combate ao preconceito.

A matéria sobre a despatologização das identidades trans e travestis apresenta a campanha idealizada pelo eixo “Direitos e enfrentamento às violências de gênero e sexuais” da Comissão de Direitos Humanos do CFP, e aborda o panorama das

discussões políticas em torno da luta no Brasil e no mundo, com a participação de profissionais da Psicologia, pesquisadores e pesquisadoras, ativistas, pessoas transexuais e travestis.

Na sessão “Fala, Psicólog@”, a experiência de Patrícia Marinho Gramacho na área de Psico-oncologia na cidade de Goiânia (GO) é inspiradora. Já a segunda parte do capítulo sobre a prática da Psicologia antes da regulamentação, da coluna “Memórias da Psicologia”, aborda o histórico da orientação psicopedagógica, do surgimento de associações e dos cursos universitários até a sanção da Lei 4.119/62.

Boa leitura!



Ano XXV, nº 111 - Agosto 2015

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B,
Ed. Via Office, Térreo, sala 104
CEP: 70.070-600 - Brasília/DF Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150
www.cfp.org.br

f /conselhofederaldepsicologia
@cfp_psicologia

DIRETORIA

Mariza Monteiro Borges
Presidente
Rogério de Oliveira Silva
Vice-presidente
Maria da Graça Corrêa Jacques
Secretária
Sergio Luis Braghini
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Dorotéia Albuquerque de Cristo
Secretária Região Norte
Inara Barbosa Leão
Secretária Região Centro-Oeste
João Baptista Fortes de Oliveira
Secretário Região Sul
Meire Nunes Viana
Secretária Região Nordeste
Lurdes Perez Oberg
Secretária Região Sudeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Nádia Maria Dourado Rocha
Rosano Freire Carvalho

CONSELHEIROS SUPLENTE

Eliandro Rômulo Cruz Araújo
Jacqueline de Oliveira Moreira
Silvana Carneiro Maciel
Viviane Moura de Azevedo Ribeiro
João Carlos Alchieri
Suplente Região Nordeste
Madge Porto Cruz
Suplente Região Norte
Roberto Moraes Cruz
Suplente Região Sul
Sandra Luzia de Souza Alencar
Suplente Região Sudeste

Vera Lucia Morcelli
Suplente Região Centro-Oeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS SUPLENTE

Maria Augusta Rondas Speller
Jefferson de Souza Bernardes

COLETIVO AMPLIADO

Ana Maria Jacó-Vilela
Memória da Psicologia
Bárbara de Souza Conte
Psicoterapia
Carla Andréa Ribeiro
Assistência Social
Loiua de Boni
Álcool e Drogas
Luciana Ferreira Ângelo
Psicologia do Esporte e da Atividade Física
Marco Aurélio Máximo Prado
Direitos Humanos
Raquel Guzzo
Educação e Assistência Social
Rodrigo Torres Oliveira
Psicologia Jurídica
Silvia Koller
Relações com a BVS-PSI
Tânia Grigolo
Saúde Mental
Vera Paiva
Direitos Humanos

COORDENADOR GERAL

José Carlos de Paula

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maria Goes de Mello

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Goes de Mello
(MTB 9088)

REPORTAGEM

Alexandre Casatti
André Martins de Almeida
Gisele Barbieri
Maria Goes de Mello
Raquel de Lima Marques Alues

REVISÃO

Ana Clara de Medeiros Araújo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO



20 meses de gestão: avanços e desafios do XVI Plenário

“Avançamos bastante na direção de ampliar a democracia interna do Sistema Conselho”, avalia Sergio Braghini, conselheiro-tesoureiro do CFP

Fotos: Ascom/CFP



Além de articulações em torno de temas de interesse direto da categoria, participação em audiências públicas em defesa da agenda de promoção dos direitos humanos

Em agosto, a gestão do XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) chegou ao seu 20º mês. De dezembro de 2013 até aqui, já é possível fazer um balanço de sua atuação em diversas áreas relacionadas às definições do Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e do Planejamento Estratégico Plurianual do Conselho.

No Congresso Nacional, a Assessoria Parlamentar do Conselho vem acompanhando diversos projetos de lei de interesse da Psicologia. Entre os prioritários, estão o PL 3338/2008 (que dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais para os psicólogos), o PL 5440/2009 (que trata do piso salarial dos profissionais de Psicologia) e o PL 7500/2006, relativo à obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.

Além de articulações específicas em torno dos temas de interesse direto da categoria, representantes da atual gestão promoveram visitas a gabinetes e participaram de audiências públicas em defesa da agenda de promoção dos direitos humanos. Nesse âmbito, destacam-se reuniões com parlamentares para a discussão do tema da maioria penal, e a participação em audiências sobre assuntos como publicidade infantil e a resolução 01/99 — que proíbe psicólogos (as) de exercerem qualquer atividade que favo-

reça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas e adotarem ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Participação social

A participação social da categoria nas decisões do Conselho e nas discussões dos rumos da Psicologia é estimulada com a criação de ferramentas como o OrientaPsi, o portal interativo da Psicologia, a RádioPSI e o Espaço Fala, Psicólog@!, em que profissionais de todo o país apresentam, no site e no Jornal do Federal, sua rotina de trabalho.

Ainda nesse sentido, o CFP tem promovido debates online com ampla participação da categoria sobre assuntos diversos, que vão desde a atuação de profissionais em áreas específicas, como a assistência social, até grandes temas da sociedade, como o genocídio da juventude negra no Brasil.

Novos sites temáticos, como o da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas), o da Psicologia na Educação e o da Despatologização Trans, e de grandes eventos, a exemplo do Conpsi e do Congresso Brasileiro de Psicologia, também estão no ar, além da campanha que estimula a participação da categoria nas conferências municipais de saúde, a do Dia

Internacional da Mulher, do Dia de Combate ao Racismo e Dia de Luta antimanicomial, entre outras.

Campanhas e editais

O Prêmio Inclusão Social, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em parceria com o Laboratório de Estudos em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), irá contemplar experiências de inclusão social de usuários e familiares em projetos econômico-sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e em equipes interdisciplinares de serviços da Rede de Atenção Psicossocial de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas em diversas categorias como arte, cultura, trabalho e economia solidária. O CFP também lançou, em agosto, o segundo edital de apoio financeiro a interessados em realizar eventos técnicos e/ou científicos em 2016. Objetivo da iniciativa é que as ações estejam envolvidas na divulgação de atividades técnico-profissionais favorecendo o intercâmbio e a valorização entre os profissionais da Psicologia, evidenciando à sociedade a relevância dessa ciência e das atividades técnico-profissionais da categoria.

Administrativo

A condução administrativa do

XVI Plenário tem registrado eficácia na gestão financeira do CFP. Já nos primeiros meses de 2014, quando teve início a gestão, foram promovidos cortes de desperdícios, revisão e renegociação de contratos e a racionalização do quadro de funcionários, além da contratação, em caráter inédito, de uma auditoria interna para avaliar e aprimorar os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. “Apontamos na direção do saneamento das finanças com vistas a equilibrar o patrimônio, em respeito à categoria que se esforça para pagar sua anuidade em dia. Só com a economia em contratos e mudanças no modo de contratação, a soma dá mais de R\$ 1 milhão”, ressalta o conselheiro-tesoureiro do CFP, Sergio Braghini.

“Olhando no retrovisor, é possível perceber que avançamos bastante na direção de ampliar a democracia interna do Sistema Conselhos, contemplando a pluralidade de pensamentos sobre a ciência psicológica, sem deixar de lado nosso compromisso com os direitos humanos e questões políticas importantes para uma sociedade mais justa. Mas queremos fazer esse balanço junto à categoria, ouvindo a maioria dos atores da Psicologia brasileira, e por isso ampliamos os nossos canais de comunicação”, avalia Braghini.



Comissão mapeia municípios onde serão formados grupos técnicos para nortear atuação da categoria

A Psicologia e sua atuação fundamental nas emergências e desastres

Com a frequência de situações de emergências e desastres registradas em nossa sociedade, a categoria investe, cada vez mais, em capacitação para uma ação qualificada nessa área

A realização do Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, em 2006, foi um grande passo para reafirmar a importância da atuação dos psicólogos (as) na área de emergên-

cias e desastres. A partir daquele momento, a categoria se mobilizou para investir, cada vez mais, numa discussão com vistas a ampliar o conhecimento sobre as possibilidades de atuação dos profis-

sionais da Psicologia nessa área.

São esses os esforços e desafios da Comissão Nacional de Psicologia nas Emergências e Desastres do Conselho Federal de Psicologia (CFP), criada para ampliar as dis-

cussões sobre o tema. Os desastres são eventos adversos, em grande parte de origem climática, que muitas vezes geram situações em que a ação da Psicologia pode ser fundamental, envolvendo danos pessoais, materiais, ambientais e humanos. Em sintonia com as normas e resoluções da Psicologia, é importante que, nesse exercício profissional, o (a) psicólogo(a) respeite o protagonismo social das pessoas afetadas, direta ou indiretamente, sem promover sua vitimização ou patologização, evidenciando, em primeiro lugar, a garantia de direitos. As situações de desastres e emergências são cada vez mais frequentes em nossa sociedade e, por isso, a necessidade de os profissionais da Psicologia se prepararem para a atuação nesses eventos também é crescente. Para a coordenadora da Comissão Nacional de Psicologia de Emergências e Desastres do CFP, Eliana Torga, o trabalho do profissional da Psicologia em emergências e desastres consiste em dar a assistência necessária para o restabelecimento da saúde mental das pessoas atendidas, pelo tempo que for necessário.

“O rompimento do estado de normalidade, de segurança, em uma situação de emergência e desastre, pode levar ao rompimento do tecido social da comunidade, quanto mais frágil e precária de recursos for esta comunidade. A diversidade de reações a eventos de desastre e catástrofes é tão diferente como a diversidade humana. Caso precise, cada indivíduo tem o direito de receber a assistência necessária para a manutenção e/ou a recuperação de sua saúde mental, pelo tempo que for necessário. Nem todas as pessoas afetadas por emergências e desastres precisam de intervenção do profissional psicólogo, mas precisamos garantir que elas saibam que poderão receber essa assistência, e ao tê-la serão bem acolhidas por um profissional com os conhecimentos necessários a esta prática”, aponta a psicóloga.

A Comissão do CFP também busca desenvolver e programar um

projeto político que atenda às necessidades da categoria em vários aspectos, como o da legitimação, do reconhecimento, das condições de trabalho e da formação, além da inserção nas políticas públicas na área de emergências e desastres. A Comissão busca contemplar toda essa diversidade do trabalho, em estados e municípios brasileiros, conduzindo a Política Nacional de Emergências e Desastres no âmbito do Conselho Federal de Psicologia, procurando estar em sintonia com as políticas públicas da defesa civil, saúde, assistência social e educação. A Política Nacional, Estadual e Municipal de Proteção e Defesa Civil é a legislação específica que rege as ações nessa área e está vigente desde 2012, por meio da Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012. A Lei institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), autorizando a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. Para subsidiar e respaldar a ação da categoria em emergências e desastres, a autarquia publicou, em maio de 2013, uma nota técnica sobre o tema. O documento aponta que a grande frequência de acontecimentos classificados como de emergência e desastres incentivou o Sistema Conselhos de Psicologia a esclarecer diversos questionamentos que surgiram nessa área. A nota técnica também reforça a importância de que os profissionais tenham a clareza de que, tanto agindo como profissional contratado ou voluntário, todos estão submetidos às determinações e exigências do Código de Ética e outras regulamentações normativas da categoria. A nota técnica pode ser lida no site do CFP, no item Legislação.

Os integrantes da Comissão também participaram ativamente das reuniões preparatórias e das etapas da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, realizada em 2014. Eles destacaram que debater a Psicologia das Emergências e Desas-



Eliana Torga, coordenadora da Comissão de emergências e desastres, conduz a discussão sobre o tema

tres pode auxiliar tanto na prevenção como na atenção ao desastre.

Eliana Torga lembra que o profissional da Psicologia é o único que está habilitado a utilizar práticas de intervenção psicológica em situações em que é necessário um diagnóstico de risco a um grupo de pessoas que possam sofrer agravos à saúde mental.

“Para isso, faz-se necessário estar treinado para a atuação, agir em consonância com as políticas públicas e com o código de ética profissional. Além disso, podemos salientar que o respeito às diversidades culturais, o reconhecimento da

necessidade de se trabalhar com profissionais com diferentes saberes no atendimento aos indivíduos, conhecer as necessidades de aplicação de diferentes métodos e técnicas de acordo com as fases das emergências e desastres, e sempre acreditar na capacidade das comunidades e indivíduos para a superação das adversidades”, lembra ela.

Oficinas

A Comissão de Emergências e Desastres do Conselho Federal de Psicologia tem uma agenda extensa de capacitação para os próximos meses. A Comissão está planejando a realização de oficinas em diversas regiões do Brasil. A primeira delas foi marcada para o dia 25 de agosto, aproveitando que no mês de agosto se celebra o dia do psicólogo, no dia 27. A Oficina “Gestão Integral de Riscos e de Desastres: da prevenção a recuperação”, realizada em Goiás, tem como objetivos a capacitação de psicólogas/psicólogos para atuação nos contextos de emergências

e desastres e sensibilização das equipes da defesa civil e resgate sobre o papel do psicólogo.

A Comissão

Além da coordenação da psicóloga Eliana Torga, a Comissão do CFP também é coordenada pela psicóloga Ionara Rabelo e conta com representantes convidados das regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Norte e Nordeste. Integram a Comissão Conceição Pereira – PE (Nordeste), Debora Da Silva Noal – GO (Centro-oeste), Maria Helena Franco – SP (Sudeste), José Mário Britto – PA (Norte), Roberta Borguetti Alves – RS (Sul), além de Luiz Felipe Doles da Gerência de Relações Institucionais do Conselho Federal de Psicologia. Já a comissão ampliada é formada por Ana Cecilia Andrade De Moraes Weintraub (SP), Andreia Batista (MG), Fatima Cristina Monteiro dos Santos (RJ), Leticia Nolasco (SP), Lucelia Elizabeth Paiva (SP), Pitagoras Jose Binde (RN), Samira Younes (RJ) e Ângela Coelho (PB).

“

A diversidade de reações a eventos de desastre e catástrofes é tão diferente como a diversidade humana.”

Quem são os (as) psicólogos (as) da política brasileira?

Reportagem do Jornal do Federal fez um levantamento de parlamentares federais e estaduais que têm a Psicologia como formação

Foto: Rodolfo Stuckert



Dos (as) 513 deputados (as) e 81 senadores (as), a Psicologia está representada com 8 congressistas psicólogos (as)

Para que serve um deputado? Não é um questionamento qualquer, muito menos o programa eleitoral do deputado federal Tiririca (PR/SP). A pergunta é séria e pertinente. O parlamento tem três funções precípuas para a democracia: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Pelo voto secreto, direto, universal e periódico, elegem-se nossos representantes (vereadores, prefeitos, deputados estaduais/distritais, governadores, deputados federais, senadores e presidente da República) para a gestão e fiscalização do país. Parlamentares estaduais e federais são os representantes de diversos setores da sociedade, em que

a própria Psicologia está inserida.

Desta forma, a reportagem do Jornal do Federal fez um levantamento de quantos e quem são os (as) deputados (as) federais e estaduais que têm a Psicologia como formação, e a importância para a categoria em conhecê-los e cobrá-los efetivamente por demandas que são de interesse dos (as) profissionais, bem como da sociedade como um todo.

Dados

Nas últimas eleições gerais, em 2014, dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que 82 psicólogos (as) se candidataram a cargos eletivos. Assim como na profissão, em que mais de 80% das profissionais são do sexo feminino, a

maioria das candidatas foram mulheres (71), bem como o número de senadoras e deputadas federais/estaduais psicólogas eleitas (12).

Segundo levantamento, atualmente o Congresso Nacional é integrado pelas seguintes deputadas

“

É importante que os (as) psicólogos (as) saibam quem são os nossos representantes, para estarmos sintonizados uns com os outros com as demandas da categoria, bem como da própria sociedade”

psicólogas por formação: Marinha Raupp (PMDB-RO), Erika Kokay (PT-DF), Mara Gabrilli (PSDB-SP), Sheridan de Anchieta (PSDB-RR) e Josi Nunes (PMDB-TO). No Senado Federal, a representante é a senadora Marta Suplicy (sem partido)*. Além delas, o deputado federal João Marcelo Souza (PMDB-MA) é único congressista psicólogo do sexo masculino – o que reflete a preponderância feminina da profissão também no parlamento.

Nas Assembleias Legislativas (incluindo a Câmara Legislativa do Distrito Federal), há sete parlamentares, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Ceará e Mato Grosso do Sul. Além desses, consta que o deputado Tadeu Veneri (PT-PR) é graduando em Psicologia (confira o mapa ao lado).

Articulação

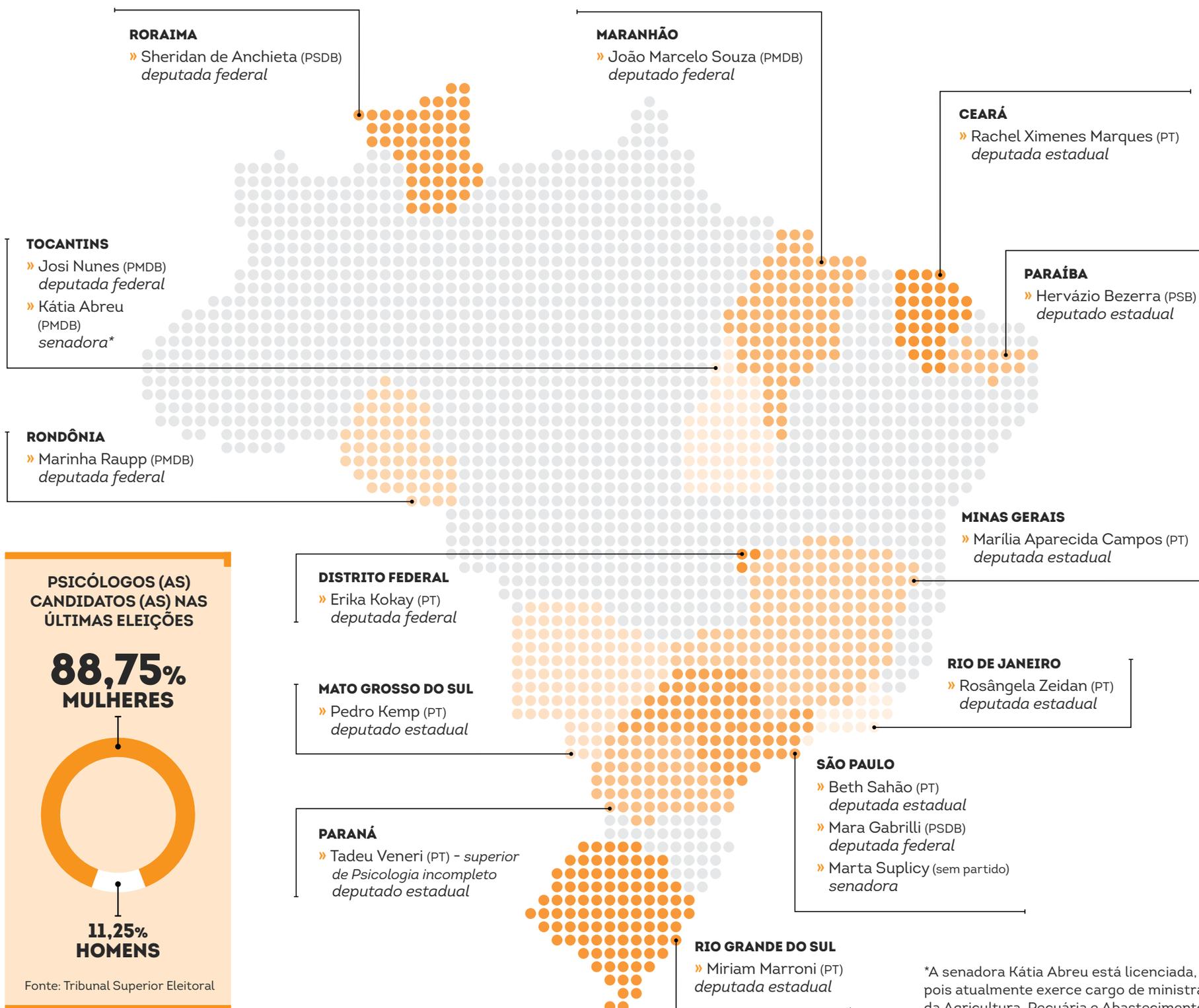
O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem monitorado e buscado parcerias com os parlamentares federais psicólogos (as) na discussão de proposições e demandas de interesse da categoria, como os projetos de lei 769/2015 (30 horas), 1015/2015 (Piso Salarial) e 3688/2000 (prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica).

Para a presidente do CFP, Mariza Monteiro Borges, conhecer e buscar esses parlamentares é fundamental para o fortalecimento da profissão perante a sociedade, além de colocar os parlamentares/psicólogos (as) como parceiros da categoria no Congresso Nacional. “É importante que os (as) psicólogos (as) saibam quem são os representantes, tanto no Congresso Nacional como nas Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais, justamente para estarmos sintonizados uns com os outros com as demandas da categoria, bem como da própria sociedade”, ressaltou.

PSICÓLOGOS (AS) DEPUTADOS (AS)
FEDERAIS, ESTADUAIS E SENADORES (AS)

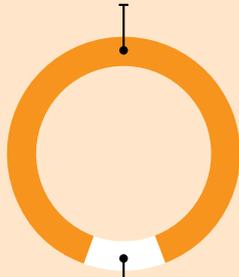


MAPA DOS ESTADOS DOS (AS) PSICÓLOGOS (AS)/PARLAMENTARES



PSICÓLOGOS (AS)
CANDIDATOS (AS) NAS
ÚLTIMAS ELEIÇÕES

88,75%
MULHERES



11,25%
HOMENS

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral



Desafios e questões relacionadas ao mundo do trabalho dos(as) psicólogos(as)

Modo como o trabalho está organizado nos contextos laborais representa hoje importante fonte de sofrimento trabalhadores (as)

“Este trabalho está me deixando louco”, “Estou estressada com este trabalho”, “Não aguento mais”, entre outras expressões semelhantes, não são estranhas às conversas cotidianas, aos espaços de escuta dos (as) psicólogos (as) nos diferentes espaços do seu trabalho e à vivência desses profissionais enquanto trabalhadores (as). Estatísticas de órgãos de saúde e previdenciários confirmam essa tendência. A Organização Mundial de Saúde (OMS) registra a presença de 30% de trabalhadores com transtornos mentais leves e 5% a 10% com transtornos mentais graves. As estatísticas do Instituto Nacional de Previdência Social no Brasil apontam que os chamados “transtornos mentais e do comportamento” representam a terceira causa para o afastamento do trabalho.

O que isso significa? Considerando

que o trabalho enquanto atividade de transformação entre o homem e a natureza, portadora de significado e constitutiva da subjetividade e que se expressa na identidade na analogia entre o que eu sou e o que eu faço, sua expressividade se reporta ao seu aspecto negativo de sofrimento e castigo, e não à sua potencialidade como fator de inserção e integração ao mundo social.

A literatura aponta o quanto alguns fatores, como a exposição a agentes tóxicos, têm os aspectos psicológicos como as primeiras evidências de transtorno mental, e a exposição a agrotóxicos é a evidência mais significativa para explicar o elevado número de diagnósticos de depressão entre agricultores. Mas não é só isso: o modo como o trabalho está organizado nos contextos laborais representa hoje importan-

te fonte de sofrimento entre os (as) trabalhadores (as). Palavras como “guerra”, “sobrevivência”, “combate” e “luta” são comuns nos contextos de trabalho e todos nós sabemos quais as repercussões desses significantes no nosso psiquismo. Ainda, outro exemplo, são as repercussões psíquicas dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, associadas à autoimagem quando de mutilações, à dependência em relação a outros para as tarefas cotidianas, à subordinação aos serviços de saúde e aos serviços previdenciários, entre outras fontes de sofrimento.

Todas essas questões não são estranhas ao mundo do trabalho dos(as) psicólogos(as). Ao contrário. São parte do seu cotidiano enquanto trabalhadores(as) e com algumas especificidades enquanto uma categoria majoritariamente feminina

e voltada preferencialmente a atividades relacionadas ao cuidar de outros. Atividades ligadas ao cuidar, conforme a literatura, estão associadas à chamada Síndrome de Burn-out, prevalente entre profissionais da educação e da saúde. Pesquisa realizada com psicólogos (as) brasileiros revelou que, em sua maioria, apesar da exaustão emocional relatada, a realização pessoal com o trabalho realizado se apresentava como importante recurso para o alívio do sofrimento oriundo tanto das condições precárias de trabalho a que muitas vezes está exposto, como aos modos de sua organização em que “guerra”, “luta” e o assédio moral não lhe são desconhecidos.

No entanto, quer na sua atividade profissional, quer na avaliação de seu sofrimento psicológico, nem sempre a categoria trabalho é considerada na compreensão deste sofrimento, haja vista a tradição de desconsideração da categoria trabalho na etiologia do sofrimento psíquico. São muitas as explicações para tanto, desde a hegemonia de concepções teóricas que privilegiam características individuais (como genética e/ou relações da primeira infância), perspectivas reducionistas na compreensão do processo saúde/doença mental, fragmentação do campo psicológico (em que, por exemplo, o campo da Saúde Mental não dialoga com o campo da Saúde do Trabalhador), entre outros.

Para compreender os desafios e questões relacionadas ao mundo do trabalho dos (as) psicólogos(as), é necessário compreender a trama complexa que se traduz na trajetória de cada trabalhador(a), o que explica porque nem todos expostos a situações semelhantes adoecem ou manifestam o mesmo grau de desgaste. Esse é o desafio a todos nós psicólogos (as) enquanto trabalhadores(as).

Maria da Graça Corrêa Jacques

é conselheira Secretária do XVI Plenário do CFP, professora e pesquisadora na área da Psicologia do Trabalho, em especial no tema da Saúde do Trabalhador



CFP lança portal interativo da Psicologia brasileira

O portal interativo OrientaPsi já pode ser acessado em sua versão beta por psicólogos (as) cadastrados (as) no Sistema Conselhos, desde o início de agosto

Aperfeiçoar o diálogo e a comunicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) junto à categoria, bem como entre os profissionais, e consolidar uma plataforma interativa em um dos principais espaços para psicólogas e psicólogos debaterem a Psicologia. Esta é a missão do OrientaPsi, portal interativo lançado pelo CFP no início deste mês de agosto.

Pesquisas, estatísticas, publicações, grupos de discussão, cursos online e uma rede social própria para profissionais da Psicologia estão entre as funcionalidades oferecidas pelo OrientaPsi, que já pode ser acessado em sua versão beta por psicólogos (as) cadastrados (as) no Sistema Conselhos.

Entre os cursos já oferecidos estão os de Avaliação Psicológica, que aborda o universo em torno da avaliação e seus instrumentos; Cadastro de Sites, sobre o sistema de cadastro de sites para serviços de Psicologia; e Ética Profissional do Psicólogo, abordando os conhecimentos que auxiliam os profissionais na tomada de decisão em sua práxis diária.

Construído a partir da proposta de estimular a interatividade, tendo “o diálogo como método”, segundo a diretoria do Conselho, as próximas etapas de desenvolvimento do OrientaPsi serão construídas com a participação da categoria. Neste momento inicial, por exemplo,

o CFP também disponibilizará aos profissionais uma rede social exclusiva, grupos de debate e um centro consultivo e de orientação de trabalho e estudo, tendo como princípios a referência técnica, a ética e os Direitos Humanos.

O OrientaPsi faz parte de um projeto de modernização de todas as plataformas de comunicação do CFP, em que também foi incluída a criação de novos canais de diálogo para pautarem o Sistema Conselhos, como a RádioPsi. Com uma programação musical diversificada, a rádio online transmite diariamente informações sobre o dia a dia da profissão pelo país por meio de notícias, boletins, dicas e entrevistas sobre ações, eventos, dicas de leituras e muito mais.

Segundo o conselheiro vice-presidente do CFP, Rogério Oliveira, o OrientaPsi é a principal iniciativa de comunicação do projeto ético-político da atual gestão, nascendo a partir de uma constatação da necessidade de estimular a categoria ao diálogo sobre os modos de trabalho. “A plataforma tem recebido cada vez mais acessos diários. Como a categoria ainda está tomando conhecimento das funcionalidades, a interação segue o seu curso até ganhar mais familiaridade entre usuários. Os resultados já têm sido exitosos”, ressaltou Oliveira.

Funcionalidades



REDE SOCIAL O OrientaPsi contará com uma rede social para os profissionais da Psicologia. O usuário terá um perfil próprio, em que poderá gerenciar sua participação em grupos de discussão e mensagens internas, além de visualizar os laços e ações de conhecidos e de pessoas a quem segue. Em seu perfil, o (a) psicólogo (a) poderá inserir foto, área de atuação e endereço de correspondência profissional, bem como interagir com outros atores da categoria.



CENTRO CONSULTIVO E DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO A ferramenta contará com uma

área de apoio profissional e de pesquisa aos psicólogos (as) cadastrados (as), disponibilizando documentos de referência da Psicologia, tais como resoluções, orientações técnicas, manuais, artigos e vídeos. A proposta é que os arquivos tenham acesso facilitado, como um guia eletrônico de bolso, em que os profissionais poderão tirar dúvidas online de forma simplificada onde estiverem.



CFP QUER SABER Por meio desta área, o CFP pretende aprimorar a escuta aos psicólogos (as) para pautar a sua atuação política. A autarquia buscou as melhores referências tecnológicas

na realização de pesquisas, enquetes e votações, cuidando, além da qualidade da abrangência das pesquisas, da certificação e da segurança.



CURSOS A promoção de cursos para os (as) psicólogos (as) é outra grande novidade do OrientaPsi. Por meio de metodologia *e-learning*, o CFP e parceiros oferecerão cursos diversificados de Psicologia com módulos multimídia. Nos cursos, os (as) profissionais psicólogos (as) poderão interagir com outros colegas que estão cursando o mesmo módulo ou a mesma aula, por exemplo, e trocar informações.



Transformando o sofrimento pela palavra

Patrícia Marinho Gramacho apresenta seu cotidiano no trabalho em Psico-oncologia em Goiânia (GO)

O espaço “Fala, Psicólog@” desta edição contempla a experiência de uma profissional da região Centro-Oeste, Patrícia Marinho Gramacho. Ela contou ao *Jornal do Federal* sobre sua atuação em Psico-oncologia Pediátrica em Goiânia (GO).

No próximo número, será apresentada a realidade de trabalho de um profissional do Sul do país. Para participar, envie um e-mail para jornaldofederal@cfp.org.br sinalizando seu interesse ou mande uma mensagem para a página do CFP no Facebook.

Confira a entrevista.

Patrícia, qual é sua área de atuação na Psicologia?

Atualmente desenvolvo trabalho dentro das áreas Clínica, Hospitalar (Pediatria Oncológica) e Educacional (Supervisora de estágio dentro da Área Hospitalar tanto da graduação quanto da especialização). São três áreas que se complementam e que me possibilitam manter o dinamismo e amor pelo que faço.

No atendimento clínico em consultório, me permito descansar

um pouco da demanda exaustiva do ambiente hospitalar, visto que atendo clientes com conflitos diferenciados, não apenas relacionados ao enfrentamento de um tratamento oncológico. Obviamente possuo um setting mais estabelecido quando atendo em consultório, podendo exercitar uma escuta ativa fundamentada na atenção flutuante e no bom estudo da psicanálise. Ao mesmo tempo, a proximidade com os fatores orgânicos vivenciados no ambiente hospitalar me ensinaram a ser cada vez mais assertiva no psicodiagnóstico clínico, valorizando cada vez mais a integração mente-corpo.

“

Pela escassez de escritos e pesquisas dentro da área, busquei a construção de técnicas de intervenção que não destoassem da abordagem escolhida por mim como referencial teórico, ou seja, a psicanálise aplicada.”

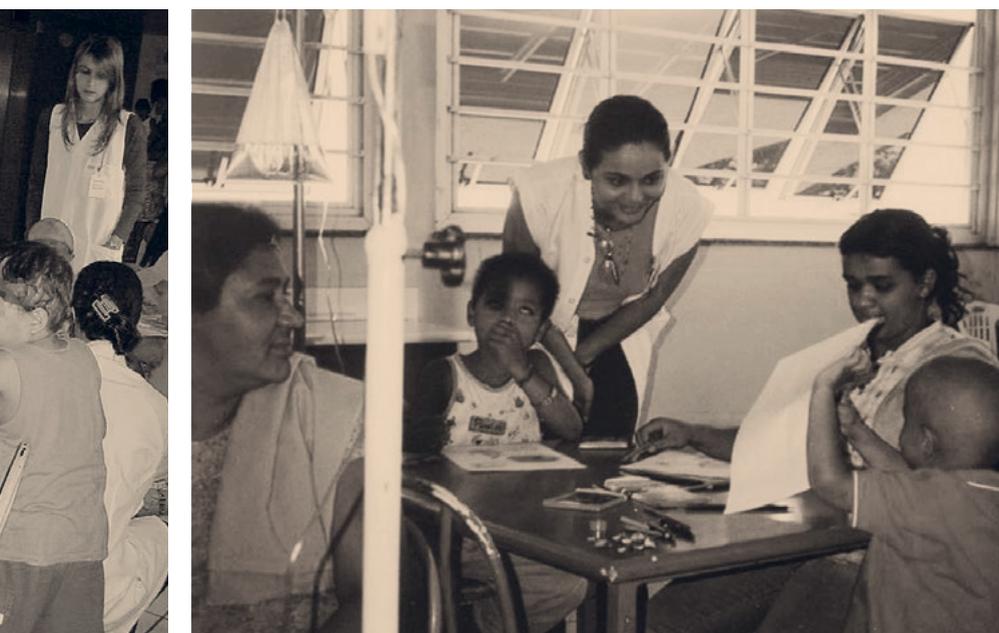
Já a realidade do atendimento em Psico-oncologia Pediátrica envolve a compreensão do que é uma Pediatria Oncológica e como desenvolve esta psicanálise mais afastada da situação de onde ela tradicionalmente opera, ou seja, afastada do divã, porém invadida por um real desorganizador de des-subjetivação e principalmente corporificado por uma precariedade de recursos simbólicos, visto que se lida com uma doença física ainda a ser representada no universo da criança e dos pais que a acompanham. São construções de significado feitas paulatinamente, desde a compreensão do que é o universo hospitalar até o entendimento do que seja um câncer e de que forma ele pode ser vivido. Sendo assim, compreende-se que esta psicanálise aplicada às instituições é tão exigente quanto aquela que se processa no espaço privado dos consultórios particulares, e exige do analista a superação da própria interioridade e da sua suposta especialidade porque só assim ele poderá vir a estar disponível para o uso que se fizer dele.

O trabalho de maior enriquecimento humano é no Serviço de Oncologia Pediátrica do Hospital Araújo Jorge, em Goiânia. Pela escassez de escritos e pesquisas dentro da área, busquei a construção de técnicas de intervenção que não destoassem da abordagem escolhida por mim como referencial teórico, ou seja, a psicanálise aplicada.

Sabe-se que a psicanálise aplicada caracteriza-se principalmente pelo uso de um setting estendido, no qual nem sempre o psicanalista é o único a corporificar a transferência do paciente. Ela se faz com a instituição, com outros funcionários e nos mais diversos espaços hospitalares. O trabalho é extenso e contínuo levando muitas vezes o analista a arranjar-se com meios-limites na tentativa de ressignificar aquilo que lhe aparece.

Como é sua rotina de trabalho?

A Pediatria do Hospital Araújo Jorge atende uma demanda do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, sendo o segundo maior centro de referência de atendimento SUS especializado no tratamento



Patricia nos vários momentos de atuação no hospital onde trabalha, em Goiânia

carocinho nela e eu trouxe pra cá, será que eu deveria ter ido para o Hospital da Criança?"; "Eu vou morrer?"; "Se Deus quiser, não vai ser nada"; "Me falaram que leucemia é muito grave, que não tem cura"; "Falei pra ele (se referindo ao filho) que tô chorando por causa de dinheiro, mas não é não". Essas são algumas verbalizações de pacientes e acompanhantes enquanto aguardam na Sala de Espera pela primeira consulta e que parecem ilustrar as dúvidas e temores de estar pela primeira vez numa pediatria oncológica.

A partir do trabalho conjunto com diversas estagiárias de Psicologia que passaram pelo Serviço, foi possível desenvolver um trabalho que com certeza também as auxiliou a confiarem mais na capacidade de observação e escuta de cada uma e, principalmente, a acreditar no quanto a escuta ativa já funciona por si só como instrumento terapêutico, exercitando a capacidade de estabelecimento do comportamento empático, ou seja, a capacidade de "estar com", ensinando-as a não serem invasivas, a abrirem o espaço para o outro comparecer e se dispor a falar.

O que você considera mais positivo em relação ao seu cotidiano de trabalho?

“

É enriquecedor quando chegamos com um saco de fantoches e espontaneamente uma criança passa a falar de sua "cirurgia no ombro", ressignificando sua experiência.”

do Câncer infantil. Trata-se de uma proposta multidisciplinar de tratamento, que chega à quantidade de 600 a 700 atendimentos-mês.

É conjuntamente com uma equipe multidisciplinar (médicos, enfermeiros, musicoterapeutas, fisioterapeutas, nutricionistas, voluntariado, etc.) que se desenvolve um trabalho enquanto psicanalista, tendo a proposta de ampliação desta escuta analítica ao sofrimento que está inerente ao processo de doença e hospitalização.

O trabalho diário se divide em acompanhamento psicológico a crianças e adolescentes e seus respectivos acompanhantes. Quando internados, desenvolve-se um trabalho de escuta ativa, seja no leito ou em grupos de atividades, em que se possibilita um espaço para expressão de conteúdos e possível construção de suas representações pelo uso de diversos materiais plásticos (massinha, lápis de cor, recorte e colagem, contação e criação de histórias). Pode-se, assim, observar a relação da díade mãe-filho ou de qualquer outro acompanhante que esteja desenvolvendo esta função de cuidador. Ao mesmo tempo, se possibilita um espaço de ressignificação da rotina hospi-

tar, marcada por punções venosas, cirurgias, sondas, exames de sangue, uma série de procedimentos que invadem o universo corporal da criança ou adolescente. Paralelamente faz-se todo um trabalho de mediação e amparo à família, facilitando sua comunicação com a equipe e, ao mesmo tempo, auxiliando a equipe a lidar com este núcleo familiar tão fragilizado pela recepção de um diagnóstico de câncer e tudo o que vem associado a ele.

Também se desenvolve sempre que possível um trabalho em Sala de Espera - aqui designada com letra maiúscula - pois cada vez mais me surpreendo com sua vida própria. Ela respira e transpira todas as preocupações, alegrias, tristezas, adequações e inadequações de seus transeuntes. Para um bom psicólogo, torna-se o lugar ideal para exercitar a capacidade de observação e posteriormente traçar seu instrumental de ajuda. Digo ajuda, pois não estou falando de qualquer Sala de Espera, mas especificamente da Sala de Espera de uma pediatria oncológica normalmente carregada de muitos questionamentos do tipo "Meu cabelo vai cair?"; "Vou ter que tirar a perna?"; "Só fica aqui (se referindo ao hospital) quem tem câncer?"; "Apareceu um

A possibilidade de transformar o sofrimento pela palavra, ressignificando as dificuldades. Sabe-se que é um trabalho difícil, pois lidamos com um grupo heterogêneo, rotativo, com crianças e adolescentes de diferentes idades, diferentes fases do processo de tratamento, de diferentes regiões do país e até do mundo. Ao mesmo tempo, é enriquecedor quando chegamos com um saco de fantoches e espontaneamente uma criança passa a falar de sua "cirurgia no ombro", ressignificando sua experiência com o grupo ou simplesmente com um outro e se posicionando com relação às intempéries da vida.

Quais as limitações que você encontra no seu cotidiano de trabalho?

Limitações próprias de um Sistema de Saúde ainda deficitário que cria situações inimagináveis para qualquer paciente, fato que dificulta mais ainda a possibilidade de representação tanto pelo paciente quanto pela equipe. Como fazer pensar uma criança oprimida por tantas limitações sociais e de saúde? Falta muita coisa. Daí a importância da manutenção do estudo frequente e da análise pessoal como forma de lidar com as próprias frustrações.

Sabe-se que a partir do instante em que a criança vai percebendo o psicólogo-analista como este que permite instituir um lugar para a falta, ela vai requisitando ir para este lugar que o representa e que está emoldurado como sala de psicologia, onde então a angústia passa a ter representações cada vez mais personalizadas. Não é um falar por falar, ou um brincar por brincar. Ainda que a criança verbalize que este é o lugar dela se divertir, um "quero brincar com tu", mostra-se como uma construção muito mais elaborada e ativa. É uma maneira de a criança usar de forma singular a montagem institucional, ou seja, ela tem o direito de usufruir de um espaço diferenciado e passa a requisitar o uso dele.

Pesquisa sobre voto pela Internet apontou que 97,15% da categoria prefere o sistema

Entre os que optaram pelo “sim” na consulta pública online realizada pelo CFP, 4.569 profissionais da Psicologia acreditam que este modelo “gera maior participação da categoria”



O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem promovido consultas online no intuito de ampliar a participação da categoria nas decisões da autarquia e, na última realizada, os profissionais da Psicologia decidiram pela manutenção do voto pela Internet para as eleições do Sistema Conselhos. A enquete acabou reforçando a decisão tomada pela Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), no fim de maio, em manter o sistema para o próximo pleito, que acontece em 2016.

A consulta online aconteceu entre os meses de abril e junho e contou com a participação de 5.518 psicólogas e psicólogos com cadastros ativos no CFP. Os resultados apontaram que 97,15% dos votantes optaram por manter a votação pela Internet. Em um total

de 5.518, votaram a favor da manutenção 5.361, enquanto 157 foram contra.

A decisão de implantar o sistema de eleições com votos online, sem, no entanto, extinguir a votação por cédula, foi tomada pelo Sistema Conselhos na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de maio de 2012. Na época, o desafio colocado apresentado foi: “como fazer uso adequado da tecnologia para produzir participação e ampliação da cidadania?”.

Eleição 2013 em números

De acordo com os dados da última eleição, 84.643 profissionais da Psicologia participaram do pleito, divididos da seguinte maneira: 18.524 votaram por correspondência ou nos postos instalados pelo

Brasil e 66.119 deram seu voto, pela primeira vez, de forma online.

A possibilidade do uso pela Internet culminou em um aumento de 13,26% no número total de votantes em relação ao pleito anterior. Em 2010, a participação foi de 74.730 psicólogas e psicólogos com cadastros ativos no CFP.

Próximas eleições

O próximo processo eleitoral para o Sistema Conselhos está previsto para o dia 27 de agosto de 2016. Para votar, o profissional da Psicologia precisa estar em dia com a anuidade do Conselho Regional de Psicologia correspondente e os dados cadastrais precisam estar atualizados.

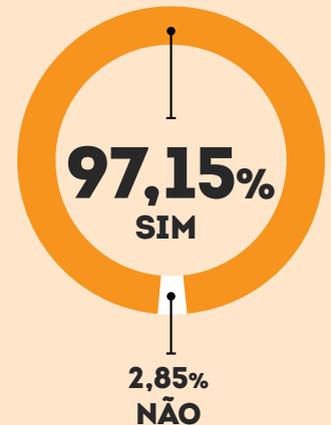
O recadastramento pode ser feito em: <http://cadastro.cfp.org.br/cfp/>. Com a atualização dos dados, serão enviados para o novo endereço do profissional a carta voto, para votação por cédula, e o código para emissão de uma senha para o processo eleitoral online, se mantida a modalidade.

Apaf 2015

Na última Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) do Sistema Conselhos, realizada no fim de maio deste ano, a maioria dos conselhos regionais votou pela proposta de manter o envio de cédulas para todas as psicólogas e todos psicólogos com cadastros ativos. Desta forma, foi rejeitada a proposição da atual gestão do CFP, visando gerar economia ao Sistema Conselhos com produção e envio dos documentos - encaminhando-os apenas para quem requisitasse participar da eleição por este processo.

A íntegra da reunião pode ser assistida pelo canal do CFP no Youtube: www.youtube.com/con-federalpsicologia

VOCÊ É A FAVOR DA MANUTENÇÃO DO VOTO PELA INTERNET?



JUSTIFICATIVAS

5.361
VOTOS A FAVOR



157
VOTOS CONTRA



RádioPsi: a Psicologia sintonizada

Na rede desde o dia 18 de junho, a RádioPsi é o mais novo canal de comunicação do CFP com a categoria

Uma psicóloga de São Paulo escreve um e-mail para a equipe da RádioPsi, que está em Brasília. Quer contar sobre sua felicidade ao saber que a Psicologia agora tem uma rádio online como ferramenta de comunicação com o Conselho e entre a categoria. Fabiana conta, também, que é deficiente visual e que, com a rádio, será mais fácil acompanhar o que acontece no dia a dia de sua profissão.

Unindo a técnica de um dos meios de comunicação mais antigos e, até hoje, um dos mais utilizados pela população brasileira, à velocidade e à praticidade da Internet, desde o dia 18 de junho o CFP disponibiliza em seu site uma rádio online com informações relativas à atividade dos psicólogos e psicólogas em todo o Brasil. Notícias, boletins e entrevistas sobre as ações, eventos e a participação dos profissionais de diversas áreas de atuação da categoria integram a programação - que também conta com uma grade musical variada.

Assim como o e-mail da Fabiana, de São Paulo, a RádioPsi já recebeu, nesses quase dois meses em que está no ar, a colaboração de diversos profissionais que estão conectados na programação e enviam sugestões e dicas, seja pelas redes sociais ou pelo e-mail de contato da rádio. Até aqui já foram mais de dez mil acessos, de todas as regiões do país, de pessoas entre 18 e 54 anos.

A programação está dividida, atualmente, em seis programas diários, e até o final de sua implantação serão 10 programas - com discussões, conteúdo formativo e posicionamentos que pautam e pautarão a atuação dos profissionais da Psicologia. Para o CFP, a ideia de investir em mais conteúdos via web está relacionada à necessidade de expansão de seus canais com a categoria e com o conjunto da sociedade, conferindo mais agilidade e reduzindo custos di-

ários com a impressão de materiais.

E ainda tem mais novidade chegando. Em breve, estarão disponíveis Podcasts (arquivos de áudio digital) com os conteúdos que vão ao ar nos programas de informação. Dessa forma, se você perdeu alguma notícia

ou quer ouvi-la de novo, bastará acessar o conteúdo que será armazenado na página do CFP. Também serão disponibilizados aplicativos para celulares com tecnologias ANDROID e IOS.

A programação vai das 7h às 0h, todos os dias. Para acessar a RádioPsi, basta clicar no ícone da rádio localizado na parte superior do site do CFP, ou pela página do Conselho no Facebook. Para continuar ajudando a construir a programação, envie suas sugestões para o e-mail radiopsi@cfp.org.br.



» Confira os programas da RádioPsi



AGENDAPSI Toda semana, a RádioPsi informa à categoria sobre eventos, congressos, feiras, cursos, seminários, entre outras atividades de interesse d@s profissionais da Psicologia em todo o país por meio do programa AgendaPsi.



BALAI CULTURAL Aqui o ouvinte encontrará, além de dicas sobre programações culturais e entretenimento, discussões sobre o universo cultural. Dicas de turismo nacional, curiosidades das regiões, comidas típicas e eventos voltados para a Psicologia também fazem parte desta faixa na RádioPsi.



ESPAÇO FORMAÇÃO Informações para a formação da(o) psicóloga(o), abordando assuntos que fazem parte do dia a dia da profissão, bem como as diferentes áreas de atuação e conflitos existentes no exercício profissional. Confira as inserções diárias às 11h, 15h e 17h.



VIVER BEM A coluna "Viver Bem" é para quem deseja estar de bem com a vida em casa, no trabalho ou na escola. Diariamente, às 11h20, você ouve na RádioPsi dicas de saúde e bem estar para o seu dia a dia.



CFP NEWS Espaço dedicado exclusivamente a notícias do Conselho Federal de Psicologia. Congressos, resoluções, divulgação de pesquisas, entrevistas curtas, entre outras ações do CFP estarão nessa coluna, com inserções a cada duas horas, entre 8h e 22h.



DICAS DE LEITURA No espaço, profissionais contam o que estão lendo ou já leram, sugerindo bibliografias dentro das diversas áreas de atuação da Psicologia para profissionais e estudantes. A coluna vai ao ar às 13h e tem duas inserções inéditas por semana.

» Grade de programação

Ψ	MANHÃ	TARDE	Ψ	NOITE	
7h	ROTA BRASIL :00 :20 :40	13h	VARIADAS :00 :20 :40	19h	NO STOP :00 :20 :40
8h	DESPLUGADO :00 :20 :40	14h	NO STOP :00 :20 :40	20h	VARIADAS :00 :20 :40
9h	NO STOP :00 :20 :40	15h	TOP 10 :00 :20 :40	21h	VARIADAS :00 :20 :40
10h	SÓ CLÁSSICOS :00 :20 :40	16h	VARIADAS :00 :20 :40	22h	VARIADAS :00 :20 :40
11h	VARIADAS :00 :20 :40	17h	NO STOP :00 :20 :40	23h	VARIADAS :00 :20 :40
12h	ROTA BRASIL :00 :20 :40	18h	DESPLUGADO :00 :20 :40	24h	VARIADAS :00 :20 :40

Foto: Godfrey Rubens (painter and photographer)



Pintura retratando o Massacre de Sharpeville, em 1960, quando a polícia sul-africana matou 69 pessoas

O racismo é, sim, promotor de sofrimento psíquico

Confira a entrevista com Valter da Mata, integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP

Valter da Mata, integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP, fala ao *Jornal do Federal* sobre os impactos do racismo na vida psíquica dos indivíduos e os desafios da Psicologia para enfrentar o tema.

Para ele, que é mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é preciso investir mais na formação de psicólogos (as) negros (as), além de assegurar a abordagem do assunto nas grades curriculares.

Confira a íntegra da entrevista.

Quais são as repercussões psíquicas específicas resultantes da violência racial observadas na clínica de pacientes negros (as)?

Em se tratando de saúde mental, duas dimensões são atacadas diretamente: a identidade e a autoestima. Não possuindo referenciais identitários valorizados na nossa sociedade (heróis, pessoas bonitas, inteligentes) resta ao grupo

subalterno se identificar com a sua "inferioridade natural" ou reivindicar para si um ideal de ego branco. Instala-se a baixa autoestima, valorizando-se pouco e acreditando que é inferior. Como consequências somáticas temos a depressão, o alcoolismo, a ansiedade, a autodepreciação, síndrome do pânico. O quadro é complexo e requer certa experiência para se diagnosticar que essas manifestações podem advir da discriminação racial.

Em sua opinião, os (as) psicólogos estão preparados (as) para lidar com as questões raciais nos consultórios, ambulatórios e atendimentos de saúde em geral?

Eu acredito que os (as) psicólogos (as) estão, em sua maioria,

completamente despreparados (as) para lidar com essas questões. Diversos motivos conspiram para esse lamentável quadro. Destaco o histórico distanciamento da categoria com a população de baixa renda. As teorias utilizadas pela maioria dos profissionais de Psicologia são oriundas de países europeus ou dos Estados Unidos, propõem uma universalização do desenvolvimento humano e excluem completamente o legado cultural dos povos asiáticos, africanos e indígenas. Assim, as formas de subjetivação da população de baixa renda do Brasil, que tem forte influência das populações africanas e indígenas, podem ser vistas como patológicas, e as expressividades dos comportamentos também podem ser vistas como inadequadas. É preciso que os (as) psicólogos (as) saibam que o racismo existe em nossa sociedade e afeta de forma decisiva a nossa forma de compreender o mundo. O racismo existente em nosso país atinge de forma distinta as pessoas a partir da sua cor de pele. Assim sendo, é fundamental para o profissional entender como o racismo atravessa a sua compreensão de mundo, assim como o racismo atravessa a subjetividade da pessoa atendida. O que vemos na maioria dos casos é uma completa ignorância em reconhecer o racismo enquanto vetor de promoção de sofrimento e, por conseguinte, a expulsão do tema racismo das consultas psicológicas.

A temática das relações raciais está presente na formação do (a) psicólogo (a)?

Além de psicólogo sou professor de Psicologia e posso afirmar que, em raros casos, essa temática é abordada nas grades curriculares. Apesar de existirem as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que garantem a discussão das relações raciais em todos os níveis de educação, o que vejo é a completa ausência do tema nas instituições

de ensino superior - somando-se ao quadro a resistência dos alunos em discutir essas questões. As teorias que estudamos não trazem, na sua matriz, o reconhecimento da discriminação racial enquanto vetor, sendo então necessária uma releitura das mesmas para que o fenômeno venha a ser analisado de maneira adequada.

Como a temática das relações raciais está sendo tratada no panorama de grupos de estudos e pesquisas das universidades brasileiras?

Somente a partir do século XXI vemos maior preocupação da Psicologia brasileira com o tema das relações raciais. O livro "Psicologia Social do Racismo", organizado por Cida Bento e Iray Carone, é quase um marco divisor nessa questão. Há um maior interesse no tema da Psicologia e Relações Raciais, os programas de pós-graduação de Psicologia da UFBA e da USP têm regularmente oferecido estudos que discorrem sobre essa problemática. Entretanto, na graduação, a resistência por parte dos professores é muito grande. É comum a pergunta, "como é que vou tratar esse assunto em minha disciplina?", eu geralmente respondo que o racismo atravessa todas as dimensões da nossa existência, ele se materializa desde as relações afetivas, que norteiam nossas preferências; até a noção pessoal e institucional de "boa aparência", portanto é algo que não é distante da nossa realidade. O racismo nos atravessa em menor ou maior grau, temos que refletir o quanto ele nos afeta.

Qual o papel do Sistema Conselhos na batalha pela igualdade racial e também na conscientização da categoria para o atendimento adequado a essa população?

O Sistema Conselhos de Psicologia tem uma função importantíssima nessa questão. Primeiramente porque nosso Código de Ética é fundamentado na Declara-



Foto: arq. pessoal

Valter da Mata

ção Universal dos Direitos Humanos e o racismo é uma das formas mais odiosas de violação de direitos. Lembro que a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi criada em 7 de agosto de 1997, e as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais (CRPs) a partir de 1998. Dentro dos objetivos e atribuições dessas comissões, estão incentivar a reflexão e o debate sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia, e estudar os múltiplos processos de exclusão enquanto fonte de produção de sofrimento mental. A atual gestão do CFP elegeu o combate ao racismo enquanto um dos eixos temáticos a serem trabalhados. Com a denominação de "Enfrentamento das violências as-

“

Para mim, os desafios maiores são formar mais psicólogos (as) negros (as), o que começaria a desmontar o protótipo e incentivar a denúncia e o combate cotidiano contra as práticas racistas.”

sociados ao racismo e a preconceitos étnicos”, esse eixo vem sendo trabalhado com grande afinco.

Fale um pouco sobre a inserção do (a) psicólogo(a) negro(a) no mercado. Esses(as) profissionais também são atingidos pelo preconceito?

Falarei um pouco da minha experiência pessoal enquanto psicólogo e homem negro. Foi muito comum ouvir a frase "Você não tem cara de psicólogo", e eu sempre retrucava com a questão: "Qual é a cara do psicólogo?". As respostas eram invariavelmente vazias. Esse tipo de pergunta vai à direção de que um (a) negro(a) não é o protótipo idealizado de um profissional de Psicologia. Ainda na pós-graduação, tive de ouvir de um (a) professor(a): "Não esperava nada de você". Imagine você ouvir isso enquanto faz um mestrado. O que quero dizer com esse rápido depoimento é que, independentemente do seu diploma, você é negro e será discriminado. A sociedade é racista e essas práticas estão no nosso cotidiano. Práticas racistas podem vir de onde menos se espera, de outro negro, por exemplo - porque assim ele foi socializado e o racismo ainda ecoa fortemente em nosso imaginário. Para mim, os desafios maiores são formar mais psicólogos (as) negros (as), o que começaria a desmontar o protótipo e incentivar a denúncia e o combate cotidiano contra as práticas racistas. A educação é transformadora.

Qual é a importância da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra? Ela foi efetivada?

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, em tese, deve garantir o atendimento psicológico a esta população. Entretanto, o que vemos é uma situação lastimável. É evidente o descaso dos gestores para efetivar qualificadamente essa política. E no quadro operacional, a resistência é gigantesca. O discurso de que não existe o racismo no Bra-

sil, aliado à crença da democracia racial, tem se constituído em obstáculos quase intransponíveis. Participo de algumas capacitações para funcionários dos sistemas de saúde e da assistência e nunca vi nada diferente da sensibilização. Grande parte acredita também que, como a política de saúde é universalista, não haveria necessidade de se criar uma especial para a população negra. Grosso modo, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra vem sendo sistematicamente sabotada pelos gestores e profissionais da saúde. Os orçamentos destinados a essa política são míseros, e o quadro de pessoas para implementação, idem.

DICAS DE LEITURA

Psicologia Social do racismo, Maria Aparecida Silva Bento e Iray Carone. Editora Vozes

Pele negra, máscaras brancas, Frantz Fanon. Editora EDUFBA

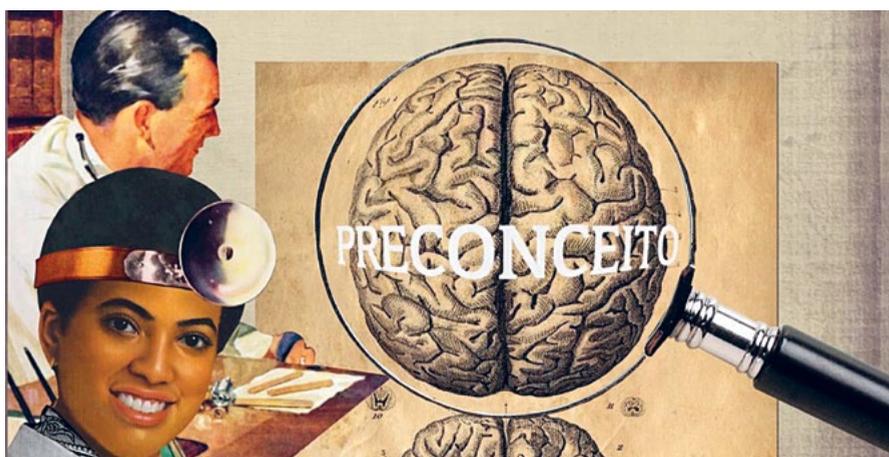
Afro-descendente: identidade em construção, Ricardo Franklin Ferreira. Editora Pallas

Tornar-se Negro, Neusa Santos Souza. Editora Graal

Ninguém atravessa o arco-íris: um estudo sobre negros, José Tiago Reis Filho. Editora Selo Universidade

Um defeito de cor, Ana Maria Gonçalves. Editora Recor

O Sortilégio da Cor, Elisa Larkin Nascimento. Editora Selo Negro



Trechos do vídeo “A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia”

Despatologização trans, por um mundo não binário

Conselho faz campanha pela despatologização do atendimento a transexuais e travestis. A ação conta com site especial, vídeos e debates online

Superar as visões, discursos e práticas patologizadoras das identidades transexuais e travestis e questionar a visão binária de gênero e sexualidade são os objetivos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) com a campanha “Despatologização das Identidades Trans e Travestis”. Idealizada pelo eixo “Direitos e enfrentamento às violências de gênero e sexuais” de sua Comissão de Direitos Humanos (CDH), a ação apresenta o debate à luz dos Direitos Humanos e aborda o panorama dos embates políticos em torno da luta no Brasil e no mundo, com a participação de profissionais da Psicologia, pesquisadores e pesquisadoras, ativistas, pessoas transexuais e travestis.

Com a campanha, o Conselho

abre um espaço de debate democrático e de visibilidade para o tema e publicização de conceitos utilizados há décadas pela população, movimentos sociais e a academia sobre a despatologização das identidades e, ainda, coloca em discussão o papel e a atuação da Psicologia no campo – desde a formação até os atendimentos nos sistemas de saúde, ambulatórios e consultórios.

Para o CFP, o binarismo de gênero predominante nas relações da sociedade (masculino e feminino) produz consequências graves de violação dos direitos humanos. “As pessoas que se arriscam na aventura de polemizar as normas hegemônicas, culturais e científicas sobre os gêneros sofrem violência de

todas as formas”, explica Marco Prado, doutor em Psicologia Social (PUC-SP) e membro da CDH/CFP. Dessa maneira, a campanha, por meio de ações de comunicação e debates, tem dado visibilidade às diversas vozes acerca das experiências cultu-

rais, políticas e subjetivas de gênero e sexualidade, e explorado o papel da Psicologia em relação ao tema.

“A instalação de um debate sobre despatologização das experiências transexuais e travestis se faz urgente desde que as ciências têm produzido um conjunto de mecanismos e práticas classificatórias e discriminatórias sobre esses corpos e suas sociabilidades”, diz o psicólogo. Para o Conselho, “a transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual”, como expressa a Nota Técnica da autarquia divulgada em setembro de 2013. Dessa ma-

“

Positivamente, o CFP vem dando mais atenção às necessidades das questões trans de forma que faça mais parte do contexto do que tem sido estudado, praticado e demandado”



Página da campanha do CFP na Internet

a autarquia realizará, ainda em 2015, a revisão da Resolução nº 1.955/2010, que dispõe sobre a cirurgia para transexuais. “Comprometo-me para que todos possam contribuir para a revisão da resolução e trabalhar para que os atores interessados estejam lá discutindo. Considero que se trata de uma situação e não de uma patologia”, afirmou, durante debate realizado pelo CFP em dezembro do ano passado.

Já foram realizados dois debates pela campanha: “Despatologização das Identidades Trans e Travestis”, e “Psicologias e os enfrentamentos aos preconceitos: 17 de maio – Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia”, que abordou as formas de sofrimento relacionado à orientação sexual e identidade de gênero e contou com representantes de entidades gays, lésbicas, transexuais, travestis e bissexuais. A campanha lançou também o vídeo “A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia – Parte I”, que reúne psicólogos (as), professores (as) e universitários (as) em reflexão sobre o papel da Psicologia em relação às questões de identidade de gênero e de sexualidade. A produção de vídeo faz parte de um projeto que envolverá mais duas peças audiovisuais – com a presença de ativistas nacionais e internacionais além de representantes do Estado.

Todas as notícias e informações relacionadas à campanha podem ser acessadas no site “Despatologização das Identidades Trans e Travestis” (<http://despatologizacao.cfp.org.br/>), lançado em maio. Além das informações sobre a ação do CFP, o site foi criado para reunir vídeos, links para legislação relacionada (nacional e internacional), indicações de blogs/sites de trans que contam suas experiências de vida e transformações, endereços de entidades, associações, empresas, fundações amigas da questão da despatologização das identidades trans e exemplos de atuação alternativa de psicólogos e psicólogas nos ambulatórios e equipes do SUS. A página estará em constante construção e sugestões são muito bem-vindas.



A transexualidade e a travestilidade são maneiras como as pessoas se sentem, se entendem e se apresentam para si e para os demais, como masculino e/ou feminino ou ainda de forma não binária, independente dos genitais ou da orientação sexual. A construção social das identidades de gênero sempre se dá pelas relações sociais, pelas identificações processuais e através das várias tecnologias e biotecnologias da cultura e do tempo histórico. Algumas experiências de travestilidades utilizam das tecnologias e biotecnologias para modificações corporais, ou apenas vestimentas, adereços e aquisições hormonais, por exemplo. As tecnologias biomédicas para as transições são oferecidas pelo SUS.

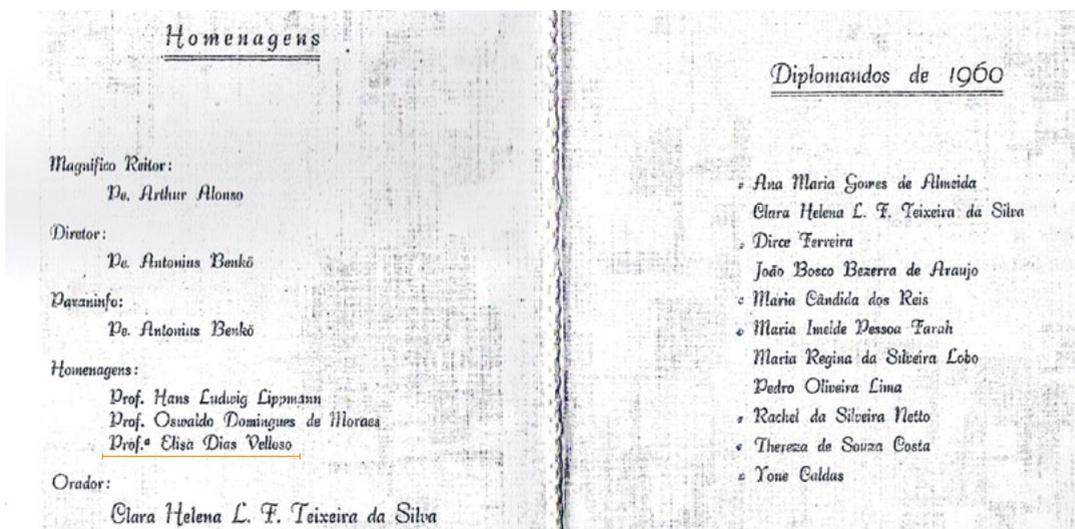
neira, o atendimento psicológico às pessoas transexuais e travestis não pode se orientar por modelos patologizadores ou corretivos.

Mesmo com todo o esforço, o CFP entende que a categoria ainda deve aprimorar a reflexão sobre o atendimento psicológico a esta população. Dessa maneira, com a campanha, pretende ampliar o debate acerca da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013 - que define o processo transexualizador e possibilita o atendimento de transexualização pelo Sistema Único de Saúde - e da Resolução CFP 09/2013, que, ainda que considerada como referência nacional, não se posiciona acerca da compulsoriedade do atendimento de psicoterapia.

É o que também afirma o ativista Leonardo Tenório, em debate realizado pela campanha no último novembro: “Positivamente, o CFP vem dando mais atenção às necessidades das questões trans de forma que faça mais parte do contexto do que tem sido estudado, praticado e demandado pela população e pelo movimento social. Só que não se coloca um posicionamento a respeito da compulsoriedade da psicoterapia, e vejo isso

como algo problemático. O vínculo da pessoa que está sendo atendida com o profissional deve ser voluntário e não compulsório. São regras como estas que acabam se impondo a nós”, aponta. De acordo com o representante do CFP, a nota técnica necessita de revisão e avanço em alguns pontos, resguardando a sua adesão fundamental à luta pela despatologização trans. “Ela é resultado de um consenso temporário e essa revisão deve tocar nos pontos da compulsoriedade e refletir sobre as consequências dos ideais normativos sobre os gêneros que, a cada dia, se impõem pelos discursos psicológicos e psicodiagnósticos”, explica Marco Prado. Para ele, deve-se, ainda, reavaliar a questão dos diagnósticos e a produção de laudos “pensando a avaliação psicológica de outro lugar, para que não seja diagnóstica, jurídica e prescritiva sobre a vida e a experiências das pessoas”. Prado destaca, ainda, que existem trabalhos alternativos realizados por psicólogos (as) que não passam necessariamente pela construção de laudos.

De acordo com Lúcio Flávio Gonzaga, representante do Conselho Federal de Medicina (CFM),



Convite dos formandos da PUC Rio, colocando Elisa Velloso, primeira diretora do COJ, como homenageada pelos alunos

nhado de um esboço para um anteprojeto de lei relativo à formação de psicólogos e à regulamentação da profissão. E, neste mesmo ano, o Poder Executivo encaminhava ao Congresso Nacional a Mensagem nº 47, tratando do anteprojeto de formação de Psicologia e da regulamentação respectiva.

Com o projeto ainda em tramitação três anos depois, as comissões da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, da Sociedade de Psicologia de São Paulo e da Associação Brasileira de Psicólogos reúnem-se para examinar um novo projeto sobre formação de psicólogos, substituindo a proposição que estava na Câmara dos Deputados.

Após muitas discussões entre associações, entidades da psicologia, governo federal e parlamentares, em 1962, no dia 27 de agosto, é sancionada pelo presidente João Goulart a Lei 4.119, que “dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regula a profissão de psicólogo”. A lei foi publicada no dia 5 de setembro.

Apesar da publicação da referida lei, a profissão ainda enfrentaria muitos percalços, como vem enfrentando até hoje. No próximo capítulo, abordaremos os processos e discussões para regulamentação da referida norma, bem como as articulações para a publicação da Lei Federal que criaria, em 20 de dezembro de 1971, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

A prática antes da regulamentação

Dos anos 1940 à Lei 4.119/62 (parte 2)

Nesta segunda parte do capítulo sobre a prática da Psicologia antes da regulamentação, abordaremos o histórico da orientação psicopedagógica, do surgimento de associações e dos cursos universitários até a sanção da Lei 4.119/62, que regulamentou a profissão de psicólogo.

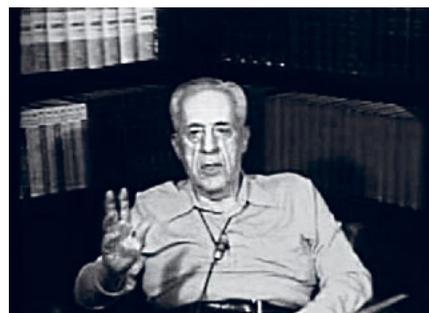
A orientação psicopedagógica nas escolas, principalmente nas experimentais, inicia-se a partir de psicodiagnósticos infanto-juvenis, orientações de pais e também vital, por meio de clínicas. Destacam-se neste período a Clínica de Orientação Infantil, criada por Durval Marcondes, em São Paulo, e a Clínica de Orientação Juvenil, criada por Helena Antipoff, no Rio de Janeiro. Também há registro da avaliação psicológica de menores abandonados ou considerados “perigosos”, conforme a terminologia da época, internados no Serviço de Assistência ao Menor, o SAM, antecessor da Fundação de Assistência ao Menor (Funabem). Em todos esses campos, os testes psicológicos destacavam-se como a ferramenta privilegiada para a atuação do novo profissional.

No entanto, ainda neste período da década 1940, se por um lado a Psicologia ainda estava se constituindo enquanto disciplina científica e prática profissional autônoma, por outro, surgiam as primeiras as-

sociações e os primeiros periódicos da categoria. A Sociedade de Psicologia de São Paulo (atualmente Associação de Psicologia de São Paulo) foi fundada em 1945 e seu periódico, o Boletim de Psicologia, surge em setembro de 1949. Já a Associação Brasileira de Psicotécnica (hoje Associação Brasileira de Psicologia Aplicada) é criada por técnicos e frequentadores das atividades do ISOP em setembro de 1949, quando lançam o primeiro número da revista Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, alterado para Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada e, atualmente, Arquivos Brasileiros de Psicologia.

Institucionalização e caminhos para a regulamentação

O primeiro curso de Psicologia foi criado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 1953, e, no ano seguinte, surgiu o



Durval Marcondes, fundador do COI

segundo, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Outros dois cursos foram criados em instituições católicas antes da regulamentação da profissão: em 1959, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e, em 1961, na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Já em 1957 surgiu, na Universidade de São Paulo (USP), o primeiro curso em universidade pública e laica. No ano seguinte, em Curitiba-PR, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Psicologia.

Pouco tempo antes, em 1953, a Associação Brasileira de Psicotécnica já entregava ao Ministério da Educação um memorial acompa-



Helena Antipoff, fundadora do COJ

Processos éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1966/2014 - ORIGEM: CRP-06 (031/2011):

EMENTA - Irregularidade em avaliação psicológica para obtenção de CNH.
DECISÃO CRP: Censura pública
DECISÃO CFP: Censura pública
DATA DO JULGAMENTO: 27/03/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Madge Porto Cruz

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 2064/2014 - ORIGEM: CRP-16 (001/2006):

EMENTA - Irregularidade em avaliação psicológica em concurso público.
DECISÃO CRP: Advertência e multa (5 anuidades)
DECISÃO CFP: Advertência e multa (5 anuidades)
DATA DO JULGAMENTO: 27/03/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Meire Viana

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 2196/2014 - ORIGEM CRP-08 (018/2013):

EMENTA - Laudo mal elaborado.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Instauração de Processo Ético Disciplinar
DATA DO JULGAMENTO: 27/03/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Maria da Graça Jacques

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 2184/2014 - ORIGEM CRP-03 (003/2013):

EMENTA - Quebra de sigilo em laudo psicológico
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 27/03/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Rogério de Oliveira

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 2211/2014 - ORIGEM CRP-06 (022/2011):

EMENTA - Laudo mal elaborado
DECISÃO CRP: Advertência;
DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 27/03/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Vera Morselli

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1965/2014 - ORIGEM CRP-05 (021/2011):

EMENTA - O psicólogo teria ofendido o paciente durante o atendimento.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 27/03/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Vera Morselli

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 2607/2014 - ORIGEM CRP-07 (012/2010):

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 24/04/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Roberto Cruz

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 2424/2014 - ORIGEM CRP-06 (039/2011):

EMENTA - A psicóloga, na condição de diretora de fundação que atende crianças e adolescentes, teria sido conivente com maus tratos e tratamento degradante aos menores atendidos.
DECISÃO CRP: Cassação
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 24/04/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: João Alchieri

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 2374/2014 - ORIGEM CRP-07 (012/2013):

EMENTA - Laudo psicológico parcial e tendencioso.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Instauração de Processo Ético Disciplinar
DATA DO JULGAMENTO: 24/04/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Meire Viana

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 2550/2014 - ORIGEM CRP-04 (014/2009):

EMENTA - Laudo psicológico parcial, tendencioso e prejudicial.
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Censura Pública
DATA DO JULGAMENTO: 24/04/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: João Baptista

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 2245/2014 - ORIGEM CRP-06 (028/2011):

EMENTA - A psicóloga teria retido laudo psicológico da criança atendida.
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 24/04/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: João Baptista

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 126/2015 - ORIGEM CRP-12 (359/2013):

EMENTA - O psicólogo teria facilitado exercício ilegal da profissão.
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 24/04/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Vera Morselli

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 66/2015 - ORIGEM CRP-06 (57/2012):

EMENTA - Laudo psicológico sem fundamentação técnica e científica.
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Censura Pública
DATA DO JULGAMENTO: 22/05/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Maria da Graça Jacques

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 64/2015 - ORIGEM CRP-11 (86/2012):

EMENTA - A psicóloga teria perturbado a ordem dos trabalhos na organização em que era empregada, prejudicando terceiros.
DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 22/05/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Dorotéia de Cristo

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 173/2015 - ORIGEM CRP-03 (05/2013):

EMENTA - Laudo psicológico tendencioso inviabilizando a adoção de criança pelo casal paciente.
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 22/05/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Rogério de Oliveira

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 152/2015 - ORIGEM CRP-08 (015/2013):

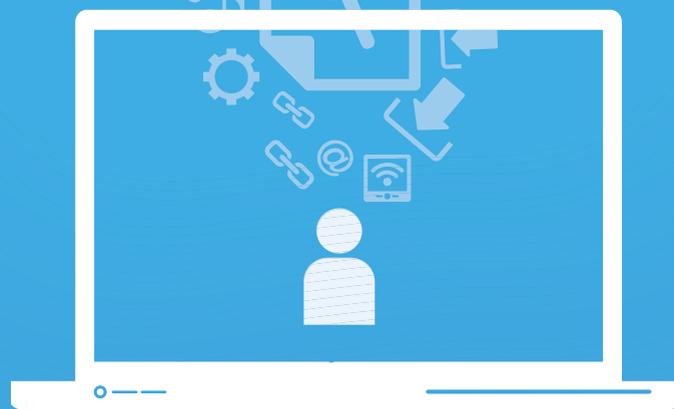
EMENTA - Laudo psicológico parcial.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 22/05/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Maria da Graça Jacques

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 160/2015 - ORIGEM CRP-06 (083/2012):

EMENTA - Laudo psicológico inuerídico.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 22/05/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Eliandro Rômulo Araújo

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP Nº 1522/2014 - ORIGEM CRP-08 (028/2011):

EMENTA - A psicóloga teria afirmado pela internet que atua como psicóloga cristã e que, nesta condição, presta atendimentos psicológicos a homossexuais que querem assumir a sua heterossexualidade.
DECISÃO CRP: Cassação
DECISÃO CFP: Censura pública
DATA DO JULGAMENTO: 22/05/2015
PRESIDENTE DA SESSÃO:
Mariza Monteiro Borges
RELATOR: Roberto Cruz



orientapsi.cfp.org.br

É com muita honra que o Conselho Federal de Psicologia apresenta o mais novo e exclusivo canal de comunicação da Psicologia do Brasil, o OrientaPsi.